Serviço Social da Construção Civil do Estado de São Paulo - SECONCI - SP

COMUNICADO

Em conformidade com a Lei Complementar nº 846, de 04-6-1998

Balanço Patrimonial - Conjunto Hospitalar de Sorocaba - Serviço Social da Construção Civil do Estado de São Paulo - SECONCI-SP

CHS - Conjunto Hospitalar de Sorocaba CNPJ nº 61.687.356/0043-99 Demonstrações Financeiras Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais) Relatório Execução Orçamentária - Período 01/01/2021 a 31/12/2021 Ativo Nota 2021 2020 Saldo de caixa em 31/12/2020 Valor R\$ 1.460.069.34 Circulante Demonstrativo dos Repasses Públicos Recebidos Caixa e equivalentes de caixa 1.907.286 1.466.069 Origem de Recursos: Estadual 3.868.288 2.975.322 Estoques **Valores Documento Valores** de crédito nº repassados R\$ Adiantamentos 175.825 117,409 Data prevista para o repasse previstos R\$ Notas de empenho nº Data 07/01/2021 105.822 2021OB00436 Despesas antecipadas 97.816 08/01/2021 12.081.000.00 2021NE00067 12.081.000.00 Total do ativo circulante 6.049.215 4.664.622 08/01/2021 500.000,00 2021OB01907 2021NE00245 12/02/2021 500.000,00 12.015.104,00 2021NE00161 05/02/2021 12.015.104,00 Total do ativo não circulante 05/02/2021 2021OB09388 6.049.215 4.664.622 500.000,00 2021NE00245 500.000,00 Total do ativo 2021OB01907 12/02/2021 12.015.104.00 2021OB15300 12.015.104.00 Ativo compensação 05/03/2021 2021NE00161 05/03/2021 2021OB04049 500.000,00 2021NE00351 15/04/2021 500.000,00 4.131.485 2.540.361 05/03/2021 12 015 104 00 2021NF00161 12 015 104 00 Total do ativo compensação 4.131.485 2.540.361 07/04/2021 2021OB22814 07/04/2021 1.000.000,00 2021OB00859 07/05/2021 07/04/2021 2021NE00386 1.000.000,00 Passivo 2021 2020 Nota 07/05/2021 12.015.104,00 2021OB31535 2021NE00161 07/05/2021 12.015.104,00 Circulante 1.000.000,00 2021NE00457 25/05/2021 1.000.000,00 2021OB38081 07/05/2021 ornecedores 12.161.893 10.690.059 12.015.104,00 1.000.000,00 07/06/2021 25/06/2021 07/06/2021 2021OB41030 2021NE00161 12.015.104.00 Obrigações trabalhistas e tributárias 6.481.013 5.517.991 1.000.000,00 2021NE00527 2021OB08279 07/06/2021 Subvenção governamental para 12.015.104,00 1.000.000,00 2021NE00161 2021OB52488 07/07/2021 06/07/2021 12.015.104,00 investimentos 3.149.355 4.153.966 2021OB09171 2021NE00620 23/07/2021 1.000.000.00 07/07/2021 Total do passivo circulante 21.792.261 20.362.016 06/08/2021 12.015.104,00 2021OB64704 2021NE00161 06/08/2021 12.015.104,00 Total do passivo Patrimônio líquido 20.362.016 21.792.261 2021NE00652 06/08/2021 1.000.000.00 2021OB10338 19/08/2021 1.000.000.00 2021OB74182 200.000,00 26/08/2021 200.000,00 Patrimônio Social (15.697.394) (15.377.639) 06/08/2021 514.049.00 2021OB11399 2021NE00702 06/09/2021 514.049.00 (Déficit) do exercício (45.652) (319.755) (15.743.046) (15.697.394) 08/09/2021 12.015.104,00 2021OB76816 2021NE00161 06/09/2021 12.015.104,00 Total do patrimônio líquido 08/09/2021 500.000.00 2021OB13607 2021NE00741 24/09/2021 500.000.00 Total do passivo e patrimônio líquido 6.049.215 4.664.622 08/09/2021 9.150,00 2021OB96131 2021NE17092 21/10/2021 9.150,00 Passivo compensação 1.529.557,02 12.015.104,00 2021NE00761 2021NE00161 30/09/2021 06/10/2021 Subvenção governamental para investimentos aplicados 08/09/2021 2021OB87988 1.529.557,02 07/10/2021 2021OB89028 12.015.104,00 4.131.485 2.540.361 2.540.361 07/10/2021 500.000,00 2021OB14325 2021NE00741 07/10/2021 500.000,00 Total do passivo compensação 4.131.485 2021OB96131 07/10/2021 9.150,00 2021NE17092 21/10/2021 9.150,00 As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras. .529.557,02 2021OB89083 2021OBA0049 07/10/2021 2021NE00761 06/10/2021 1.529.557,02 Demonstrações de Resultados dos Exercícios em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais) 2021NE00161 05/11/2021 08/11/2021 12.015.104,00 12.015.104,00 9.150,00 2021OBA7336 22/11/2021 08/11/2021 2021NE18144 9.150,00 Nota 2021 2020 2021OB99980 08/11/2021 1.529.557.02 2021NE00761 05/11/2021 1.529.557.02 Receitas operacionais 2.427.527.00 08/11/2021 2021OB17359 2021NE00868 22/11/2021 2.427.527,00 Receitas de serviços prestados 166.109.491 2021OB18603 2021NF00891 06/12/2021 08/11/2021 2.000.000,00 2.000.000.00 10 (150.301.593) (137.974.012) Custos de serviços prestados 2021NE00872 07/12/2021 12.015.104,00 2021OBB1367 06/12/2021 12.015.104,00 Resultado bruto 15.807.898[°] 14.649.590 2021NF21584 20/12/2021 07/12/2021 9.150,00 2021OBC0007 9.150,00 Despesas operacionais 1.529.557,02 06/12/2021 07/12/2021 1.529.557,02 2021OBB1431 2021NE00761 (16.401.051) (14.969.537) Administrativas e gerais 10 2.000.000,00 2021OB18603 07/12/2021 2021NE00891 06/12/2021 2.000.000,00 2021NE00956 Demais despesas operacionais (275.480) 07/12/2021 23/12/2021 150.000.00 2021OBC1271 150.000,00 (16.401.051) (15.245.017) 165.193.548,08 Subtotal (Déficit) operacional antes do Receitas com aplicações financeiras dos repasses públicos 212.121,77 resultado financeiro (593.153) (595.427) 10.263.625,26 Outras receitas Resultado financeiro, líquido Recursos próprios aplicados pela organização social 554.535 Total das receitas 283.045 175.669.295,11 11 (7.373) **275.672** Despesas financeiras 11 (7.034)Total das despesas no exercício 2021 175.228.078.62 547.501 Recurso público não aplicado 1.901.285,83 (Déficit) do exercício Valor devolvido ao contratante (45.652)(319.755) Valor autorizado para aplicação no exercício seguinte 1.901.285,83 As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras. Relatório Execução Técnica - Contratado x Realizado - Período 01/01/2021 a 31/12/2021 Demonstrações dos Resultados Abrangentes dos Exercícios em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais) Hospitalar 2020 Internações 2021 1° semestre 2° semestre (Déficit) do exercício (45.652) Contratado/Realizado Contratado Realizado Contratado Realizado Resultados abrangentes Resultado abrangente total do exercício (45.652) (319.755)Clínica Obstétrica 900 1.003 900 1.026 As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras Clínica Pediátrica 780 945 780 Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Clínica Psiquiátrica 180 147 180 191 em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais Total 3.840 4.156 3.840 4.048 Total do Saídas Hospitalares em Clínica Cirúrgica (Déficit) do Patrimônio 1° semestre 2° semestre Social Exercício Líquido Contratado/Realizado Contratado Realizado Contratado Realizado Saldo em 01/01/2020 (15.377.639) (15.377.639) 936 652 1.032 1.323 Incorporação do (déficit) do Jrgências (15.377.639) 15.377.639 exercício Total 3.120 2.777 3.216 3.200 (Déficit) do exercício (319.755) (319.755) Hospital - Dia Cirúrgico/Cirurgia Ambulatoria Saldos em 31/12/2020 (15.377.639) (319.755) (15.697.394) 1° semestre 2° semestre Incorporação do (déficit) do Contratado Contratado/Realizado Contratado Realizado Realizado exercício (319.755)319.755 Cirurgia Hospital - Dia 558 210 558 181 (Déficit) do exercício (45.652)(45.652)1<u>.477</u> Cirurgia Ambulatorial (CMA/cma) .200 1.200 Saldos em 31/12/2021 (15.697.394) (45.652) (15.743.046) 1.723 Total 1.758 1.687 1.758 1.904 As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras Urgência/Emergência Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios 1° semestre 2° semestre em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais) Contratado/Realizado Contratado Realizado Contratado Realizado 2020 12.781 Fluxo de caixa das atividades operacionais: Ambulatorial (Déficit) do exercício (45.652) (319.755) Consultas Médicas Provisão para contingências (Aumento) Redução nos ativos em 1° semestre 2° semestre Contratado/Realizado Realizado Contratado Realizado (892.966) (2.975.322 Contratado Primeira Consulta (agendamento CROSS) Adiantamentos (58.416) (29.449)9.000 5.488 9.400 6.956 Despesas antecipadas 7.200 5.919 7.400 5.178 8.006 (15.960)nterconsulta Aumento (Redução) nos passivos em Consulta Subsequente 39.456 39.967 39.952 41.848 1.471.834 56.752 (59.437)55.656 51.374 53.982 Obrigações trabalhistas e tributárias 963.022 1.000.001 Consultas Não Médicas Contingências pagas 1° semestre 2° semestre Fluxo de caixa proveniente utilizado nas Contratado/Realizado Contratado Realizado Contratado Realizado atividades operacionais 1.445.828 (2.399.922) Primeira Consulta Rede 600 600 Fluxo de caixa das atividades de investimento 9.600 9.600 nterconsultas 5.962 13.444 Subvenção governamental para investimentos (1.004.611) _ 950.656 10.200 20.762 Consultas Subsequentes 10.200 9.135 Fluxo de caixa líquido proveniente nas Procedimentos Terapêuticos (Sessões) 6.000 6.000 3.236 (1.004.611) _ 950.656 atividades de investimento Total 26.400 30.242 26.400 26.099 Aumento (Redução) líquido em caixa e SADT Externo equivalentes de caixa 441.217 (1.449.266) 1° semestre 2° semestre Demonstração do aumento (redução) do Contratado/Realizado Realizado Contratado Realizado Contratado caixa e equivalentes de caixa Ultrassonografia 900 806 900 No início do exercício 1.466.069 2.915.335 No final do exercício Métodos Diagnósticos em Especialidades 1.080 944 1.080 963 <u>441.217</u> (<u>1.449.266</u>) 2.775 3.180 2.144 3.180 As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras. **Tratamentos Clínicos** Relatório de Execução - Período 01/01/2021 a 31/12/2021 2° semestre 1° semestre Nº de leitos (média/mês) Contratado 4.200 Contratado 6.200 Realizado 6.837 Contratado/Realizado Realizado Nº de leitos de hospital-dia ratamento em Oncologia - Quimioterapia 78,5% Taxa de ocupação (média/mês) Tratamento em Oncologia - Hormonioterapia 6.000 4.489 6.000 4.048 Permanência média Total do Grupo Quimioterapia 10.885 2.028 <u> 10.200</u> <u>11.720</u> **12.200** 9.600 Nº de saídas hospitalares 14.181 Tratamento em Oncologia - Radioterapia Nº de saídas hospital-dia 391 Tratamento em Nefrologia - Diálise Peritoneal 134 99 Nº de consultas ambulatoriais 161.697 Tratamento em Nefrologia - Sessão de Diálise 15.000 14.441 15.000 14.762 Nº de partos realizados 1.549 Exames de Alta Suspeição - Oncologia Nº de atendimentos na urgência 26.046 1° semestre 2° semestre Nº de exames realizados Realizado Contratado/Realizado Contratado Realizado Contratado Endoscopia 1.295 PAAF tireoide guiada por US Traçados gráficos 1.907 Colonoscopia 40 45 Ultrassonografia Nº de sessões de fisioterapia 1.717 Esogastroduodenoscopia 160 164 TC abdome superior Nº de sessões de hemodiálise 29.203 30 TC tórax filantrópicas para a celebração de Contratos de Gestão com vistas à ope US próstata abdominal 103 racionalização da gestão e execução das atividades e serviços de saúde US tireoide 128 Total de unidades públicas. Assim sendo, a entidade foi qualificada pelo Governo do Estado de São Paulo, como Organização Social de Saúde - "OSS". Em Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021 (Em Reais) taria SAS/MS nº 157, de 19 de janeiro de 2017, publicada no Diário Oficial da União em 20 de janeiro de 2017 e processo nº 25000.017066/2022-83, decorrência destas qualificações e da experiência adquirida ao longo de 1. Contexto operacional: O Serviço Social da Construção Civil do Estado de São Paulo - SECONCI-SP ("Entidade"), fundado em 20 de março seus cinquenta e oito anos, a entidade participou de chamamento público de 1964, é pessoa jurídica de direito privado, constituído sob a forma de e foi vencedora em processos de seleção, assumindo a gestão do Conjur acerca do andamento do requerimento de renovação da certificação. Até a to Hospitalar de Sorocaba (CHS). A Entidade assinou contrato de gestã associação, filantrópica e sem finalidade de lucros, destinado a prestar aspresente data o processo com o pedido de renovação não foi concluído, escom a Secretaria de Estado da Saúde em agosto de 2018. **1.1. Covid-19:** Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a sistência social, promoção e prevenção à saúde, educação e demais ativitando a Entidade alcançada pelo disposto nos parágrafos 1º e 2º, do artigo

dades afins à população. Foi declarado de Utilidade Pública pelo Decreto

Federal nº 63.204 de 03 de setembro de 1968, Lei Estadual nº 22 de 25 de

setembro de 1972 e Decreto nº 9.526 de 18 de junho de 1971, alterado pelo Decreto nº 49.794, de 21 de julho de 2008. É portador do Certificado de En-

idade Beneficente de Assistência Social (CEBAS-SAÚDE) conforme Por-

COVID-19 como uma pandemia. O surto desencadeou decisões significa

tivas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial, aumentaram o grau de incertezas para os agentes econômicos

e podendo gerar impactos nos valores reconhecidos nas demonstrações

37, da Lei Complementar nº 187/2021, de 17/12/2021, ao estabelecer que

"a certificação da entidade permanecerá válida até a data da decisão sobre o requerimento de renovação tempestivamente apresentado". Em 1998, foi promulgado da Lei Complementar nº 846/98 aprovada pela Assembleia Le-

gislativa, o Governo do Estado de São Paulo passou a qualificar entidades

Serviço Social da Construção Civil do Estado de São Paulo - SECONCI - SP CHS - Conjunto Hospitalar de Sorocaba

CNPJ nº 61.687.356/0043-99 Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021 (Em Reais)

financeiras. A Administração avalia de forma constante o impacto da pande- componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicial- 6. Obrigações trabalhistas e tributárias nia nas operações e na posição patrimonial e financeira da Entidade, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do

surto nas operações e nas demonstrações financeiras. 2. Apresentação das demonstrações e principais práticas contábeis: 2.1. Base de apresentação: Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) incluindo as disposições contidas na Interpretação Técnica ITG 2002 "Entidades sem Finalidade de Lucros", bem como de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS)) conforme emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstraões financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade, exceto quando indicado de outra forma. Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faca julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas, custos e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: Nota explicativa nº 8 - Reconhecimento e mensuração da provisão para contingências. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A administração acredita que essas provisões para riscos cíveis estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras. a. Caixa e equivalentes de caixa: Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudanca de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado". De acordo com o Contrato de Gestão, a Entidade deve aplicar financeiramente todos os recursos enquanto estes não forem efetivamente aplicados em sua finalidade, quer seja custejo ou investimento. As aplicações financeiras são classificadas como equivalentes de caixa por serem mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo de até 90 dias, visando a continuidade normal das atividades da Entidade. **b. Estoques:** Os estoques são mensurados pelo valor de custo de aquisição e estão relacionados, principalmente, a medicamentos e insumos hospitalares para serem utilizados junto aos pacientes atendidos nos nospitais. O custo dos estoques é baseado no princípio de custo médio e inclui gastos na aquisição e outros custos incorridos em trazê-los às suas ocalizações e condições existentes. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado, c. Imobilizado e Intangível: (i) Reconhecimento e mensuração - Imobilizado - filiais OSS: Os elementos do ativo imobilizado são reconhecidos ao custo de aquisição, formação ou construção, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos. Os bens adquiridos para as unidades públicas administradas pela Entidade no âmbito do contrato de gestão, por se tratarem de bens do Estado de São Paulo são controlados em contas de compensação, da mesma forma que a subvenção para investimentos aplicados. Os ativos imobilizados utilizados nas operações do hospital, são bens patrimoniais públicos que estão sob a responsa pilidade da Entidade, durante a vigência do Contrato de Gestão são destinados a operacionalização das atividades de serviços de saúde. Visando a formalização da cessão dos bens móveis, anualmente são emitidos os termos de permissão de uso, que visam a incorporação dos mesmos a Administração Pública. **d. Obrigações trabalhistas e tributárias:** Representam os valores de tributos e contribuições devidos pela Entidade. O referido grupo contempla também as provisões trabalhistas decorrentes de férias e ncargos e. Subvenções governamentais: Quando destinados ao cus teio, os recursos são creditados no grupo de conta "Receitas com Contratos de Gestão" no resultado do exercício, para fazer face às despesas incorri das. As subvenções para investimentos são reconhecidas como subvenção a aplicar no passivo circulante, sendo reconhecida como recurso de subenção aplicada no momento das aquisições dos ativos, as quais são controladas em contas de compensações. f. Outros ativos e passivos (circulante e não circulante): Úm ativo é reconhecido no balanço patrimonia quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com seguança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Entida de possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para iguidá-lo. São acrescidos, guando aplicável, dos correspondentes encar gos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são egistradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido Os ativos e passivos são classificados como circulantes guando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. g. Provisões: Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimati vas do risco envolvido. h. Receita operacional: (i) Receita com contrato de gestão e operacionalização de serviços: A Entidade, qualificada como Organização Social de Saúde, através de Contratos de Gestão, cele bra parcerias de gestão de serviço de saúde no âmbito do Estado de São As aplicações financeiras estão representadas por aplicações de renda aulo. A legislação estadual regulamentou as parcerias com entidades fi lantrópicas, que passaram a ser qualificadas como Organizações Sociais de Saúde (OSS) e que, em decorrência dessa qualificação, adquiriram o direito de celebrar Contrato de Gestão de Serviços com a Secretaria de Saúde, Visando o gerenciamento de hospitais, as legislações determinaram ainda que estes equipamentos gerenciados pelas OSS atendam exclusivamente aos pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS). A remuneração do contrato de gestão é definida de acordo com suas características de atendimento, orçamento de custeio pré-fixado, baseados em um sistema de custos referente à produção de procedimentos das principais áreas de atuação do equipamento e em indicadores de organização do serviço, ou seja, conforme preconizado na contratualização de serviços no SUS, sendo estabelecidas metas quantitativas (internações e atendimentos ambulatoriais) metas qualitativas para o acolhimento do usuário SUS, humanização entre outras. Ao final de cada exercício, é celebrado termos de retificacão ao contrato de gestão vigente, em que valor do recurso financeiro (receita) é definido conforme as metas propostas em relação às atividades. i. Receitas financeiras e despesas financeiras: As receitas financeiras abrangem receitas de juros e rendimentos de aplicações financeiras. A receita de uros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem as despesas bancárias. j. Apuração do resultado: As receitas decorrentes de subvenções do contrato de gestão custos e as demais receitas e despesas são reconhecidas, respeitando-se princípio da competência. As subvenções decorrentes do contrato de gestão são reconhecidas conforme os valores previstos nos contratos celebrados com o poder público. k. Instrumentos financeiros: (i) Reconhecimento e mensuração inicial: As contas a receber do Estado são cionados a compra de insumos hospitalares, medicamentos e prestação de reconhecidas inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente guando a Entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber do Estado sem um

mente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR ("Valor Justo por meio do Resultado"), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber do Estado sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. (ii) Classificação e mensuração subsequente: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de resultado (VJR). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Entidade mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudanca no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e · Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado (VJR): Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Entidade pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. Custo amortizado: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Os recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros créditos provenientes de prestação de serviços. (iii) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros foram classificados na categoria de outros passivos financeiros. Estes, por sua vez, são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores. (iv) Desreconhecimento: A Entidade desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Entidade transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Entidade nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Entidade desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirar. A Entidade também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. (v) Compensação: Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Entidade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. (vi) Instrumentos financeiros derivativos: A Entidade não possuía em 31 de dezembro de 2021 e 2020 nenhuma operação com instrumentos financeiros derivativos incluindo operações de hedge. (vii) Redução ao valor recuperável (impairment): Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. Os ativos não financeiros têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. A Administração da Entidade não identificou nenhum indicativo que justificasse a constituição de uma provisão sobre seus ativos. A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco com taxa de câmbio: • Risco de liquidez: • Risco de taxa de juros. A Entidade apresenta informações sobre a exposição de cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Entidade, políticas e processos para manutenção e gerenciamento de risco na nota explicativa nº 12 - Instrumentos financeiros. Estrutura do gerenciamento de risco: As políticas de gerenciamento de risco da Entidade são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudancas nas condições de mercado e nas atividades da Entidade. I. Arrendamentos: Como arrendatária, quando aplicável, a Entidade reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo (vigência igual ou inferior a 12 meses) e itens de baixo valor. A Entidade analisou os impactos da adoção do CPC 06 (R2) Arrendamentos, e constatou que não apresentaram efeitos nas demonstracões financeiras

3. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2021	2020
Caixa fundo fixo	6.000	6.000
Bancos conta movimento	33.167	5.613
Aplicações financeiras	1.868.119	1.454.456
Total	1.907.286	1.466.069

cário (CDI). Em 2021 os rendimentos variam entre 95% e 98% do CDI, (que eram entre 94% e 96% do CDI em 2020), e podem ser resgatados a qualquer momento sem perda de sua rentabilidade. As aplicações financeiras são classificadas como equivalentes de caixa por serem mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo (de até 90 dias), visando a continuidade normal das atividades da Entidade.

Descrição 2021 1.454.456 1.868.119 CDB e aplicações compromissadas

O saldo apurado ao final de cada exercício, conforme determinado no contrato de gestão, poderá permanecer como disponibilidade, que deverá aplicar o montante na execução do objeto contratual no exercício subsequente Os recursos repassados são aplicados no mercado financeiro, e o resultado desta aplicação são revertidos exclusivamente aos objetivos do contrato de gestão (recursos com restrição).

4. Estoques: O estoque é representado principalmente por medicamentos e insumos hospitalares. A Entidade não constitui provisão para obsolescência de seus estoques. Sobre o estoque de medicamentos, principalmente, este possui giro médio de até 30 dias, por tratarem-se de unidade que pos-

odom dia domanda.		
Descrição	2021	2020
Estoque de medicamentos e insumos		
hospitalares	3.868.288	2.975.322
Total	3.868.288	2.975.322
5 Fornecedores: Representado principalme	ente por valore	s a pagar rela

serviços assistenciais e administrativos. Descrição 2021 2020 10.690.059 Fornecedores 12.161.893

2021 2020 Obrigações trabalhistas ões para férias e encargos 4.737.183 4.119.531 FGTS a recolher 461.540 379.730 317.144 INSS retido na fonte a recolher 320.576 385.297 217.916 Salários a pagar Contribuição sindical e assistencial 1.535 929 5.038.682 5.902.699 Obrigações tributárias IRRF retido na fonte 306.048 PIS, Cofins e CSLL retidos na fonte 179.489 170.599 2.513 ISS a recolher 2.662 578.314 Total das obrigações trabalhistas e 6.481.013 5.517.991

7. Subvenção governamental para investimento: 7.1. Subvenção go vernamental a aplicar em investimentos: A título de investimento obras ou equipamentos, a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo por meio do contrato de gestão com a Entidade, realizaram subvençõe para investimento empregados na aquisição de ativos imobilizado, intan gível, reformas prediais e de estrutura para atendimento. As subvenções governamentais a aplicar são controladas em contas do passivo e no momento que são aplicadas, são controladas em contas de compensações.

		2021	2020
CHS		3.149.355	4.153.966
Total		3.149.355	4.153.966
	 -		

7.2. Subvenção governamental aplicadas em investimentos: Em aten dimento ao Contrato de Gestão firmado entre a Entidade e a Secretária de Estado da Saúde de São Paulo, estabelece que a Entidade deve usu fruir apenas do direito de uso dos bens, sendo a propriedade, escrituração contábil de custos e depreciação está a cargo da Secretária do Estado de Saúde de São Paulo. Os itens do ativo imobilizado do contrato de gestão são bens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evo lução tecnológica ou de outros fatores específicos. A Entidade faz o controle patrimonial em conta de compensação, sem prejuízo das informações eco nômicas, segue demonstração:

	lmobilizado	lmobilizado
	2021	2020
CHS	4.131.485	2.540.361
Total	4.131.485	2.540.361
Subvenção governamental para		
investimentos aplicados	4.131.485	2.540.361

8. Provisão para contingências cíveis: Durante o curso normal de seus negócios, a Entidade fica exposta a contingências e riscos, que incluem processos judiciais de natureza cível em discussão. Em 31 de dezembro de . 2021 e 2020 a Entidade não possuía registros e valores a título de provisão para cobrir riscos prováveis às eventuais demandas judiciais. A Entidade possui processos cíveis em discussão, classificados por seus assessores jurídicos como sendo de risco de perda possível, cujo montante é de aproximadamente, R\$ 1.445.858 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 496.980 em 2020), os quais não foram constituídas provisões por entender que há um risco reduzido de perdas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (CPC 25).

9. Receitas operacionais líquidas

)	2021	2020
Contrato de gestão - OSS (a)	164.529.499	151.338.875
Outras receitas (b)	<u>1.579.992</u>	1.284.727
Total	<u>166.109.491</u>	152.623.602

- (a) Contrato de gestão OSS: A Entidade celebrou contrato de Gestão e Operacionalização de serviço com a Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo, para administrar a gestão de saúde das Organizações Sociais de Saúde (OSS). Este contrato estabelece prazo de vigência determinado, o orçamento oriundo do gerenciamento de hospitais de saúde, aplicadas integralmente nos objetos dos instrumentos celebrados com o Estado;
- (b) Outras receitas: Locação de espaço, reciclagem de materiais, campo de aprendizagem e demais receitas
- 10. Custos de serviços prestados e despesas operacionais

		2021	2020
	Pessoal, benefícios e encargos	(54.410.171)	(48.235.647)
	Serviços de terceiros	(54.261.521)	(52.568.208)
	Materiais e medicamentos	(51.935.007)	(46.063.796)
	Administrativas e gerais	(6.095.945)	(6.075.898)
	Demais despesas operacionais		(275.480)
		(166.702.644)	(153.219.029)
	Classificados como:		
	Custos de serviços prestados	(150.301.593)	(137.974.012)
	Despesas operacionais		
	Administrativas e gerais	(16.401.051)	(14.969.537)
•	Demais despesas operacionais	<u> </u>	(275.480)
•		<u>(16.401.051</u>)	(15.245.017)

(166.702.644) (153.219.029) 11. Resultado financeiro. líquido: Os encargos financeiros e as variaçõe

	monotanta apropriadad do robantado cotad a		
		2021	2020
!	Receitas financeiras		
	Rendimentos aplicações	554.535	283.045
		554.535	283.045
	Despesas financeiras		
	Despesas bancárias	(7.034)	(7.373)
		(7.034)	(7.373)
	Total receita financeira líquida	547.501	275.672

12. Instrumentos financeiros: Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Entidade para cada um dos riscos abaixo, os objetivos da Entidade, as políticas e os processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Entidade. A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros a. Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Entidade caso o Estado ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmen te dos recebíveis da Entidade representados, principalmente, por caixa equivalentes de caixa e outros créditos. Exposição a risco de crédito: O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito nas datas das demonstra

	NOLA		1
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.907.28	6 <u>1.466.069</u>
Total		1.907.28	<u>6</u> <u>1.466.069</u>
Colve a service lentes A notit		~ do #iooo	

Caixa e equivalentes - A política de gestão de risco corporativo dete mina que a Entidade avalie regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa, bem como proposta de mitigar o risco. As estratégias de mitiga cão de risco são executadas com o objetivo de reduzir o risco com relação ao cumprimento dos compromissos assumidos pela Entidade. A Entidade possui aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, e que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. b. Risco de liquidez: Risco de liquidez é aquele em que a Entidade possa eventu almente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros, que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Administração no gerencia mento do risco de liquidez é de garantir o máximo possível que sempre se tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao venceren sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade. A seguir, são apresentadas as maturi dades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, bem como os ativos financeiros que são utilizados para gerenciar este risco.



10.690.059

12.161.893

Serviço Social da Construção Civil do Estado de São Paulo - SECONCI - SP CHS - Conjunto Hospitalar de Sorocaba

CNPJ nº 61.687.356/0043-99

		NOL	as ⊏xpiicativa	is ua A
	Vencimentos - 2021			13.
	Nota	Valor contábil	Até 1 ano	27, le
Fornecedores	5	12.161.893	12.161.893	de a
		Vencim	entos - 2020	os e
	Nota	Valor contábil	Até 1 ano	de re
Fornecedores	5	10.690.059	10.690.059	Líqu
I				oiol.

c. Risco de mercado e taxa de juros: Risco de mercado é o risco de C alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos ganhos da Entidade, no valor de suas participações em instrumentos financeiros. Essas oscilações de precos e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Entidade. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Com relação às taxas de juros, visando a mitigação deste tipo de risco, a Entidade centraliza seus investimentos em operações com taxas Interbancário (CDI). d. Política de gestão de capital: A Entidade possui uma política para gerenciamento de riscos cujo controle e gestão é de responsabilidade da Diretoria Financeira, que se utiliza de instrumentos de controle e profissionais capacitados na mensuração, na análise e na gestão de riscos. Adicionalmente, não são permitidas operações com instrumentos inanceiros de caráter especulativo. e. Hierarquia do valor justo: A Entidade classifica seus ativos financeiros em: i) custo amortizado e ii) valor justo por meio do resultado. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado para gestão de ativos e nas características dos fluxos de caixa contratuais. O resumo da classificação é como segue: Hierarquia de valor justo: A classificação dos instrumentos financeiros não derivativos está apresentada no quadro a seguir e não existem instrumentos financeiros diferentes de caixa classificados em outras categorias:

Ativos	Classificação	2021	2020
Caixa e equivalente de caixa	Custo amortizado	1.907.286	1.466.069
Total ativo		1.907.286	1.466.069
Passivos	Classificação	2021	2020
Fornecedores	Custo amortizado	(12.161.893)	(10.690.059)
Instrumentos financeiros			
líquidos		(10.254.607)	(9.223.990)

Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021 (Em Reais) exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020: • IRPJ - Imposto renda da Pessoa Jurídica; • CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro ido; • Cofins - Contribuição para o Financiamento da Seguridade So-; • INSS - Contribuição Previdenciária Cota Patronal (vide notas nº 14 e 15); • PIS - Programa de Integração Social (sobre folha de pagamento); · ISSQN - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza.

14. INSS - Contribuição previdenciária - Imunidade das contribuições sociais: A Entidade é imune de Contribuições para a Seguridade Social com base nos artigos nº 150, VI, C e 195, da Constituição Federal de 1988 e os artigos 3º e 4º da Lei Complementar nº 187, de 17/12/2021, que revoga a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

15. Certificado de entidade beneficente de assistência social: Em de rentabilidade que acompanham, a variação do Certificado de Depósito 27 de novembro de 2009, entrou em vigor a Lei nº 12.101/09, que altera a Lei nº 8.742/93, revoga dispositivos das Leis nº 8.212/91, 9.429/96, 9.732/98, 10.684/03 e medida provisória nº 2.187-13 de 24 de agosto de 2001; e que por fim foi revogado pela Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021. As alterações promovidas visam, principalmente, o processo e regulamentação da certificação das entidades beneficentes e a imunidade de contribuições para a seguridade social concedida às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, reconhecidas como entidades beneficentes com a finalidade de prestação de serviços nas áreas de saúde, assistência social e educação. Com o advento da nova legislação, os processos da entidade foram direcionados para o Ministério da Saúde. A Entidade é portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS perante o Ministério da Saúde, cujo último deferimento ocorreu conforme portaria SAS/MS nº 157, de 19/01/2017, publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 20/01/2017, com validade de 01/01/2015 a 31/12/2017. Em atenção à solicitação contida no Oficio s/nº, de 15/01/2018, registrado pelo SIPAR nº 25000.006406/2018-64, protocolado em 29/12/2017 junto ao Ministério da Saúde, acerca do andamento do requerimento de renovação de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS, a certificação da entidade permanecerá válida até a data da decisão sobre o requerimento de renovação tempestivamente

Tributos e contribuições (renúncia fiscal): Em atendimento ao item apresentado, conforme parágrafo 2º, artigo 37, Lei Complementar nº 187 letra "c" da ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, a Entida- de 16 de dezembro de 2021. A Entidade vem atendendo aos requisito apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para estabelecidos pela Lei. chamada "Lei da Filantropia". e às demais regulamentações vigentes, e a obrigatoriedade de apresentar tempestivamente, o relatório de atividades e os documentos exigidos pelo Ministério da Saúde 16. Avais, fianças e garantias: A Entidade não prestou garantias ou participou de quaisquer transações como interveniente garantidora durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

17. Seguros: A Entidade mantém, em 31 de dezembro de 2021, os seguir tes contratos de seguros a valores considerados compatíveis, pela Admi nistração, com os riscos envolvidos: • Multirrisco: Cobertura dos prédios maquinário, equipamentos, móveis e utensílios e estoques contra: roubo e furto qualificado, quedas de raio, danos elétricos, incêndio, explosão vendaval, granizo, impacto de veículo, desmoronamento total ou parcial responsabilidade civil operações, perda de aluguel, vazamento de tanques e tubulações, equipamentos estacionários e arrendados e lucros cessan tes; · Responsabilidade Civil Profissional: Danos materiais e morais nos hospitais e ambulatórios, através dos seus médicos, dentistas, enfermeiros auxiliares e técnicos de enfermagem e demais empregados no exercício da sua profissão estendendo aos servicos terceirizados: · Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores: responsabilidade civil de administradores e diretores, extensão automática para cobertura de no vas subsidiárias, adquiridas ou constituídas durante a vigência da apólice gerenciamento de crises, despesas de publicidade a danos a reputação reclamações resultantes de erros e omissões na prestação de serviços pro fissionais da Entidade, danos ambientais, reclamações feitas pelo governo e demais órgãos regulamentadores, questões tributárias; · Responsabilidade Civil Geral: tem por objetivo garantir o pagamento de indenizações ao segurado ou diretamente a terceiros, das quantias pelas quais o segu rado vier a ser responsável civilmente em ação de responsabilidade contra a entidade; · Veículos: cobertura para roubo e furto qualificado, avarias perdas e danos materiais decorrentes de acidentes.

Diretoria Eng^o Haruo Ishikawa Conselheiro Presidente

Paulo Roberto Simon Carrion - Contador CRC 1SP 155005/O-4



